

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Roselaine Pereira Borges

**QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O  
SERVIÇO SOCIAL**

Santa Maria, RS  
2021

**Roselaine Pereira Borges**

**QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O SERVIÇO  
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS  
2021

**Roselaine Pereira Borges**

**QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

**Aprovado em 27 de janeiro de 2021:**

---

**Eliana Mourgues Cogoy, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Sheila Kocourek, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2021

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e por sempre me mostrar o caminho certo.

À minha irmã, Rosangela Borges, e meu cunhado, Rafael Mundt, pessoas iluminadas e fundamentais durante toda minha graduação, pelos inúmeros momentos em que me acolheram e motivaram, me mostrando que sim, eu sou uma mulher forte.

Agradeço ao meu companheiro, João Andrios Santana, obrigada pelo carinho, por ser essencialmente a pessoa que amo e por estar sempre ao meu lado.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Eliana Cogoy, mulher, educadora, a qual tanto admiro e que, com carinho, cuidado e responsabilidade ética, norteou este trabalho. Eliana, saibas que estará sempre em meu coração como exemplo a ser seguido.

Agradeço à Prof. Sheila Kocourek, por ter aceitado o convite em participar da minha banca e por ser uma educadora que motiva, que me acolheu em vários momentos, principalmente durante meu estágio.

Agradeço a todos os professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, por serem educadores que motivam, que instigam e constroem conhecimentos para além da sala de aula.

Agradeço a minha supervisora de campo Simone Sousa, pelo acolhimento e carinho.

Agradeço às minhas companheiras, Jaine Klopp, Jéssica da Rosa e Ana Paula da Silva, pelo carinho e amizade. Que bom que a gente se escolheu.

*Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.*

*(Nelson Mandela)*

## RESUMO

### QUESTÃO RACIAL: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

AUTORA: Roselaine Pereira Borges  
ORIENTADORA: Eliana Mourgues Cogoy

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral compreender os aspectos que configuram a questão racial no Brasil e como isso se reflete em vários segmentos da sociedade, principalmente contra a população negra. Compreendendo que o racismo está na base estrutural da sociedade, este trabalho analisará o processo histórico de construção da desigualdade racial no país e como o processo de acumulação do capital se beneficiou do trabalho compulsório do negro escravizado, produzindo riqueza para a minoria burguesa e, ao mesmo tempo, cicatrizes profundas após a abolição da escravidão. Escolheu-se entender como se originava a questão racial no Brasil e suas expressões na saúde, entre outros aspectos da vida cotidiana da população negra no país. Entretanto, nesta trajetória, a presente autora deparou-se com dados assustadores sobre desemprego e violência, dos quais a população negra é vítima. Assim, optou-se por compreender a questão racial: reflexões contemporâneas para o Serviço Social, pois a autora considera importante para a sua formação profissional, bem como a contribuição para o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visto que ainda são poucas as produções sobre a temática étnica racial na área do Serviço Social brasileiro.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Violência. Racismo.

## ABSTRACT

### RACIAL ISSUE: CONTEMPORARY REFLECTIONS FOR SOCIAL SERVICE

AUTHOR: Roselaine Pereira Borges  
ADVISOR: Eliana Mourgues Cogoy

The present work of conclusion of course has as general objective to understand the aspects that configure the racial issue in Brazil and how this is reflected in several segments of society, mainly against the black population. Understanding that racism is the structural basis of society, this work will analyze the historical process of building racial inequality in the country and how the process of capital accumulation benefited from the compulsory work of the enslaved black, producing wealth for the bourgeois minority and, at the same time, deep scars after the abolition of slavery. We chose to understand how the racial issue originated in Brazil and its expressions in health, among other aspects of the daily life of the black population in the country. However, in this trajectory, the present author came across frightening data on unemployment and violence, of which the black population is a victim. Thus, it was decided to understand the racial issue: contemporary reflections for Social Service, because the author considers important for her professional training, as well as the contribution to the course of Social Service of the Federal University of *Santa Maria* (UFSM) because there are still few productions on the racial ethnic theme in the area of Brazilian Social Service.

**Keywords:** Social Service. Professional Training. Violence. Racism.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos pesquisados na Revista Serviço Social & Sociedade .....	25
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS ESIGLAS

4ª CRS	Quarta Coordenaria Regional de Saúde
AAPECAN	Associação de Apoio a Pessoas com Câncer
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
HUSM	Hospital Universitário Santa Maria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
PNSIPN	Política Nacional da Saúde Integral da População Negra
SUS	Sistema Único de Saúde
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL</b> .....	13
2.1	A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL .....	14
2.2	EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA QUESTÃO RACIAL EM ALGUNS SEGMENTOS DA SOCIEDADE .....	17
<b>3</b>	<b>QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL</b> .....	21
3.1	A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL COMPREENDIDA A PARTIR DAS DESIGUALDADES RACIAIS .....	21
3.2	AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA QUESTÃO RACIAL..	25
<b>4</b>	<b>A SAÚDE E A POPULAÇÃO NEGRA NA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL</b> .....	35
4.1	ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE E POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.. .....	35
4.2	PERCEPÇÕES DA QUESTÃO RACIAL ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	40
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	45
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem por objetivo compreender como a “questão racial” no Brasil se reflete em vários segmentos da sociedade, principalmente, na violência contra a população negra.

Compreendendo que o racismo está na base estrutural da sociedade, este trabalho analisará o processo histórico de construção da desigualdade racial no país e como o processo de acumulação do capital se beneficiou do trabalho escravo, produzindo riqueza para a minoria burguesa e, ao mesmo tempo, provocando cicatrizes profundas após a abolição da escravidão.

Embora eu como uma mulher negra já tenha sofrido muito com a discriminação racial, acredito que é uma questão na qual devemos estar sempre pautando, para que práticas racistas não exterminem cada vez mais a população negra, simplesmente pela cor da sua pele. O interesse em abordar sobre a temática questão racial no Brasil surgiu em conversa com colegas do curso de Serviço Social desde o início da graduação, bem como após a experiência do estágio curricular supervisionando em uma Organização Não Governamental (ONG). No estágio, pude me deparar com usuários/as que convivem cotidianamente com a desigualdade.

Escolhi entender como se originava a questão racial no Brasil e suas expressões na saúde, bem como em outros aspectos da vida cotidiana da população negra no país. Entretanto, nesta trajetória, me deparei com dados assustadores sobre desemprego, violência da qual a população negra é vítima. Assim, optei por compreender a questão racial: reflexões contemporâneas para o Serviço Social.

Este estudo parte da perspectiva de que a questão racial faz parte da nossa realidade e tem suas origens no longo período de escravismo no Brasil.

A partir de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Atlas da Violência de 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua do IBGE (2019a), do caderno de estudo Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil do IBGE de 2019, e leituras, como Araújo (2014), Assis (2018), Eurico (2018), Ortegá (2018), entre outros autores que têm domínio sobre a temática questão racial, observa-se que as desigualdades, como por exemplo o extermínio da população negra, não são naturais, são, na verdade, fruto de um passado desumano do Brasil

Colonial que escravizou os povos negros, também de um racismo infiltrado em todas as esferas da sociedade.

O trabalho está baseado em algumas fontes, através de análises bibliográficas referentes à temática, bem como consultas e levantamentos em edições on-line disponíveis da Revista Serviço Social & Sociedade.

Desse modo, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é a introdução que faz uma apresentação geral dos capítulos. O segundo capítulo busca compreender como a questão racial e o racismo, visto na atualidade, têm suas origens em um prolongado período de escravidão que ocorreu no Brasil, quando da sua colonização por países europeus, principalmente Portugal.

Ainda tem o intuito de debater como o trabalho escravo nas colônias, após a abolição da escravidão, de acordo com Theodoro (2014, p. 209) “a diluição do sangue deletério do negro em face de uma maioria populacional branca, poderia ser uma estratégia importante para o processo de embranquecimento da população brasileira”. Desta maneira, o trabalho do negro foi sendo substituído por mão de obra europeia na tentativa de branqueamento da população brasileira, objetivando o extermínio da população negra existente no país, “um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência” (THEODORO, 2014, p. 209). Desse modo, a abolição aprofundou a desigualdade entre brancos e negros, sendo estes marginalizados.

Além disso, o segundo capítulo irá abordar como o Brasil, que é um país marcado pela diversidade cultural e étnica, se sobressai sendo campeão das desigualdades, onde os prejuízos estão presentes no cotidiano da população negra e de parcelas da comunidade que vivem em condições sociais desiguais e racialmente seletivas. Com isso, influenciando na maneira como os negros são tratados quando procuram os serviços públicos, como educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros.

A ausência do Estado no atendimento às demandas sociais, com o seu afastamento das políticas sociais, é contextualizada no terceiro capítulo. Neste é compreendido como a precarização das políticas de habitação, saneamento básico, educação, lazer e saúde impedem que milhares de pessoas tenham um atendimento integral por parte do Estado.

Ademais, no terceiro capítulo, foi realizado um levantamento em edições disponíveis da Revista Serviço Social & Sociedade, que é uma fonte muito importante de pesquisa com conteúdo sobre a profissão, apesar de ter encontrado somente 9 (nove) artigos no período delimitado, os assuntos foram muito úteis para compor o presente trabalho de conclusão de curso. Foi delimitado o período entre 2010 e 2020 como recorte temporal do material da pesquisa, todos os artigos estão disponíveis no banco de dados on-line SciELO. A busca serviu para observar o que o Serviço Social tem acumulado sobre questão racial e quais as perspectivas sobre tema.

Por último, o quarto capítulo trata sobre a importância da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que abarca toda a população brasileira. Também vai abordar a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e sua relevância no atendimento integral à população negra.

Também será abordada a experiência do estágio supervisionado do curso de Serviço Social em uma ONG, que possibilitou uma maior aproximação com o cotidiano de desigualdades sociais dos/as usuários/as, principalmente na área da saúde, bem como tratar como esta vivência me motivou a escolher o tema questão racial e aprofundar mais sobre o assunto.

O trabalho delimita-se na discussão do Serviço Social enquanto profissão interventiva, bem como sua luta pela defesa e ampliação dos direitos humanos, por meio do seu Projeto Ético Político, constituindo-se na perspectiva crítica e elaborando o seu fazer profissional embasado na defesa do acesso a bens e serviços por todos/as os/as usuários/as e os reconhecendo enquanto sujeitos de direitos.

## 2 PROCESSO HISTÓRICO DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo elucidar o processo histórico de construção da questão racial no Brasil, bem como as interferências na estrutura da sociedade, buscando compreender de que maneira influenciam o processo de acumulação do capital, produzindo riquezas para os colonizadores europeus que se beneficiaram do trabalho compulsório dos negros que eram traficados do continente africano, sendo obrigados a deixar para traz sua cultura, origens e família.

Além disso, tem o intuito de debater como o trabalho do negro, após a abolição da escravidão, foi sendo substituído por mão de obra europeia na tentativa do branqueamento da população brasileira, objetivando o extermínio da população negra existente no país.

Também, o trabalho traz como a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas.

Da mesma forma, o capítulo traz como as mesmas ideias racistas concederam grau de superioridade e inferioridade às pessoas por origem ou fenótipo no período da escravidão. Também, determinou a formação do trabalho livre e do capitalismo no Brasil, deixando marcas de desigualdade e violência e privilegiando uma parcela muito pequena da população. Ademais, irá abordar como no Brasil, que é um país marcado pela diversidade cultural e étnica, ainda a questão racial se sobressai sendo campeã das desigualdades, onde os prejuízos estão presentes no cotidiano da população negra e de parcelas da comunidade que vivem em condições sociais desiguais e racialmente seletivas. Influenciando, assim, na maneira como os negros são tratados quando procuram os serviços públicos, como educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros.

Outrossim, será abordado como a violência em relação à população negra é mais evidente, bem como os altos índices de encarceramento. Do mesmo modo, evidenciar como o Estado se distancia, dando pouco suporte para as demandas sociais e, com isso, gerando o agravamento da questão social.

O negro é submetido a diversas barreiras que dificultam as suas condições de mobilidade social. Na maioria das vezes é associado à pobreza e miséria, não sendo raras situações de violação de direitos em frequentes ações de violência contra a população negra, causando a sua morte.

Conforme Assis (2018, p. 549), “o viés racial implícito pode ser entendido através de práticas sugestivas de discriminação e preconceito, resultante de estereótipos relativos à pessoa negra”. Esta prática é denominada racismo institucional; estas condutas, na maioria das vezes, se apresentam de forma sutil, sendo as principais responsáveis pela reprodução da desigualdade no país. O indivíduo negro dificilmente tem sua ascensão profissional relacionada a sua qualificação profissional, a ausência de negros em posições de comando nas grandes empresas ou postos de destaque no Estado demonstra isso.

## 2.1 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Para que seja entendida a questão racial na sociedade, é preciso uma análise histórica de como se expressa o processo de escravização no Brasil Colônia, para que se possa compreender a relação com as expressões da questão racial no país na atualidade. O Brasil foi fundado a partir da colonização de países europeus, especialmente de Portugal, onde a principal força de trabalho do país foi de pessoas trazidas à força do continente africano em navios em condições desumanas.

Neste capítulo, será abordado, de forma abrangente, como a questão racial e o racismo visto na atualidade têm suas origens em um prolongado período de escravismo que ocorreu no Brasil, quando da sua colonização. Para tal, foram analisadas bibliografias que abordam o tema:

O Brasil, fundado enquanto Estado-nação a partir da colonização de países europeus, sobretudo de Portugal, teve como principal força de trabalho do país ao longo de seus cinco séculos de existência as pessoas trazidas à força do continente africano (ORTEGAL, 2018, p. 415).

O tráfico trouxe da África para as colônias milhões de africanos em navios negreiros, sendo obrigados a deixar para trás sua história, família, costumes, religiosidade e até mesmo sua forma de identificação, como, por exemplo, o seu nome. Essa prática teve início no século XVI e, legalmente, terminou no século XIX, com a abolição da escravatura. A colonização europeia fez do escravismo a base de produção e de organização social nas colônias, além do trabalho compulsório do negro, as colônias também contavam com o trabalho compulsório dos índios nos engenhos e fazendas.

Segundo Nabuco (2011), a história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que não se pode sondar e, infelizmente, essa é a história do crescimento do Brasil. Aos poucos, o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos de 1800. No entanto, essa substituição foi de forma discriminatória, a mão de obra negra permanecia como sobra, onde os indivíduos acabaram sendo marginalizados e excluídos da sociedade, tendo que sobreviver de pequenos serviços, vivendo em aglomerações em pequenos espaços e sem direito algum.

A pobreza entre a população negra no Brasil é resultante da adoção de medidas como o “branqueamento” da população, que exclui a população negra da sociedade. De acordo com Madeira e Gomes (2018, p. 464), “a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas”. Esses fatos até hoje reproduzem a opressão da população negra no país, trazendo desigualdades nos mais diversos setores da sociedade que são relacionados à cor da pele. Os cidadãos continuam sendo submetidos à marginalização e violência no país desde o período escravocrata e, frequentemente, têm seus direitos humanos violados. É fundamental que o direito à vida seja respeitado, promovendo a dignidade humana dos indivíduos e preservando características fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade.

Ademais, fica evidente que as relações entre europeus, indígenas e africanos sempre foram marcadas por distinções de cunho racial, por argumentos biológicos e até mesmo pelo senso comum, negros e indígenas não eram considerados como humanos, sendo assim, poderiam ser escravizados e explorados. Conforme Ortegal (2018, p. 417), “isto fica evidenciado nos mais diversos estudos da historiografia e da sociologia do Brasil e não teve seus efeitos suspensos ‘por decreto’, como a promulgação da Lei Áurea ou da Proclamação da Independência em 13 de maio de 1888”. Dessa maneira, pode-se constatar que muito antes do surgimento das classes sociais capitalistas, bem como a sua influência nos processos de relações sociais, foi a raça que exercia o papel de distinção entre os grupos sociais nas colônias. Uma vez que o capitalismo foi se estabelecendo como modo de produção na Europa e Américas, difundiu-se também a ideia que o racismo estava chegando ao fim, em virtude da aproximação entre racismo e escravidão, da mesma forma que a condição incerta de trabalhador que o livre mercado oferecia a todos aos que dependiam da sua própria força de trabalho.

Sobretudo num país como o Brasil, no qual a convivência entre brancos e negros era supostamente pacífica, narrada principalmente Gilberto Freire como um palco romântico da democracia racial e da sublimação das diferenças, a ideia de que raça e racismo seriam dois componentes fundantes e fundamentais das desigualdades e violências da nova sociedade passou a dar lugar a explicações de caráter liberal, fundamentadas nas competências e no mérito individual, por um lado, no caráter de classe que se estabelecia, por outro (ORTEGAL, 2018, p. 418).

No entanto, a realidade é que as transformações ocorridas em virtude da Revolução Industrial tiveram os mais diversos tipos de repercussão dentro da sociedade, como a relação entre quem usufruía do poder de quem era dominado. Em consequência da Revolução Industrial, houve a inserção de máquinas automáticas e grandes fábricas, o que repercutiu para além dos limites da fábrica, afetando a sociedade como um todo, demandando uma maior concentração do trabalhador em um espaço específico, que era a fábrica com o objetivo de expandir o capital.

A Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra no final do século XVIII e que ao longo do século XIX se irradiou por toda a Europa Ocidental e através dos fluxos migratórios atingiu também os Estados Unidos, não significa apenas o momento das grandes invenções que vieram a revolucionar as técnicas e o processo de produção. Significa o momento crucial de surgimento e ascensão do capitalismo industrial (MARTINELLI, 2011, p. 36).

As modificações econômicas fizeram com que a Inglaterra, um dos principais países no processo de reprodução de trabalho escravo, passasse a reprimir essa prática de maneira intensa com a intenção de estabelecer seu novo sistema econômico. O Brasil foi o país que realizou mais tardiamente a abolição da escravidão, que só ocorreu em 1888. De acordo com Theodoro (2013, p. 2), “o negro era visto como o empecilho maior ao progresso. E, a miscigenação entre negros e brancos não traria outro resultado senão a degenerescência do povo”. Foi nesse processo de mudança do regime escravista para o capitalista que a mão de obra escravista passa a ser substituída pelo trabalho livre assalariado. No entanto, o trabalhador que antes era escravizado não foi absorvido pelo novo sistema, sendo importada mão de obra de países europeus, com a intenção de substituir os negros, estimulados pelos ideais racistas do sucessivo branqueamento da população no Brasil. Ortegale (2018, p. 419) pontua “que episódios como esses são demonstrações de que as ideias de raça (e o racismo que lhes são inerentes) não se extinguíram no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre”.

As mesmas idéias racistas que concederam grau de superioridade e inferioridade às pessoas por origem ou fenótipo no período da escravidão, também determinaram a formação do trabalho livre e do capitalismo no Brasil, deixando marcas de desigualdade e violência e privilegiando uma parcela muito pequena da população.

A população negra foi um povo que resistiu e lutou contra as mais diversas tentativas de extermínio e hoje é maioria em todo território nacional. Segundo a PNAD Contínua do IBGE, de 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos; portanto, os negros, que o IBGE conceitua como a soma entre pretos e pardos, são a maioria da população (IBGE, 2018). No entanto, essa superioridade não se reflete na sociedade brasileira, já que ainda são minoria em cargos de liderança, por exemplo.

## 2.2 EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA QUESTÃO RACIAL EM ALGUNS SEGMENTOS DA SOCIEDADE

O Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e étnica, contudo, ainda assim a questão racial se sobressai, sendo campeão das desigualdades, onde os prejuízos estão presentes no cotidiano da população negra e de parcelas da comunidade, que vivem em condições sociais desiguais e racialmente seletivas. Conforme o IBGE (2019a), enquanto 34,6% das pessoas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%, no entanto, a proporção de pretos e pardos desocupadas é muito maior.

Além do mais, a naturalização das hierarquias raciais predomina no país e seus efeitos perversos sob a forma do racismo estrutural prevalecem. As pessoas são criminalizadas por serem pobres, a situação piora se o indivíduo for negro e morador de uma comunidade ou bairro de periferia, visto quase como um ser prejudicial, sem o direito de ter uma vida digna, sendo impossibilitado de usufruir de seus direitos de pessoa humana.

Também é um agravante quando abordado pela polícia, visto que, para parte dos policiais, o fato do indivíduo ser negro já o torna um ladrão, sequestrador, estuprador, traficante e um assassino em potencial. Os programas de jornalismo

diários de rádio, televisão, jornal, entre outros meios de comunicação, comprovam essa realidade alarmante.

Os canais abertos de televisão, exibem diariamente programas sensacionalistas que para manter suas audiências exploram as desgraças humanas, principalmente, as que envolvem casos de homicídios, tendo como principais protagonistas os jovens negros, pobres e favelados (ARAÚJO, 2014, p. 83).

A cor da pele influencia na maneira como os negros são tratados quando procuram os serviços públicos, como educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros. Os mesmos são de difícil acesso para a população negra, estando condenados a viver à margem de uma sociedade que exclui de forma cruel pelo racismo. Com o fim da escravidão, a população negra permaneceu jogada à própria sorte, sem direito à moradia, salário, entre outros benefícios, vivendo em condições assustadoras. Isso se repercute nos dias de hoje.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (IPEA, 2019, p. 49).

Nesse sentido, a violência contra a população negra, observada no Atlas da Violência 2019, do IPEA (2019), demonstra que há uma sequência do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência no Brasil. De acordo com Ministério da Saúde, “a população carcerária brasileira é em sua maior parte negra, jovem e masculina” (BRASIL, 2016, p. 58). Ademais, pouco tem sido feito com relação ao aumento da violência contra a população negra no país, resultando em altos índices de encarceramento.

O distanciamento do Estado no suporte às demandas sociais, bem como o seu afastamento das políticas sociais, se reflete no agravamento da questão social, onde a precariedade das políticas de habitação, educação e saúde impede que muitas pessoas, que vivem em situação de violação de direitos, possam acessar serviços básicos. Além da diminuição do emprego, o Estado também reduz sua responsabilidade pública no campo dos serviços e direitos sociais; dessa forma, faz crescer cada vez mais a quantidade de pessoas vulneráveis no país. As possibilidades

de trabalho também são bastante restritas, mesmo sendo a condição de sobrevivência da maioria da população. Theodoro (2014, p. 214) acena que:

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior.

Com a mesma ideia de que a aparência diferencia os indivíduos, o racismo dá forma em uma sociedade que naturaliza a desigualdade e a existência da pobreza e da miséria. E o mais preocupante em relação a isso é que a persistência não o determina como um problema social, pelo contrário, parece estar em conformidade com a paisagem social.

No Brasil, o racismo atua em uma escala de valores onde se torna aceitável e mesmo justificável que indivíduos tidos como superiores devessem ocupar posições sociais privilegiadas, enquanto que aos demais, naturalizados em sua condição de inferioridade, restariam os lugares subalternos, transformando diversidade em desigualdade.

De acordo com Theodoro (2014, p. 214), “o racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão”. A sociedade racista se fragmenta criando formas sutis, e outras nem tanto, de restringir e limitar a exclusão social, nutrindo as bases de uma sociedade desigual. O negro é submetido a diversas barreiras que dificultam as suas condições de mobilidade social. Na maioria das vezes, é associado à pobreza e miséria, não sendo raras situações de violação de direitos em frequentes ações de violência contra a população negra, causando muitas vezes a sua morte.

O racismo se divide em dois aspectos: **o preconceito e a discriminação.**

O preconceito é menos evidente, não se materializa, está associado à reprodução de valores racistas em práticas cotidianas em torno das diferenças raciais, resultando, por vezes, na não ascensão do indivíduo negro, por exemplo. De acordo com Theodoro (2014, p. 2015) “o racismo institucional pode ser identificado como a forma mais sofisticada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico institucional”. O racismo institucional se apresenta de forma sutil, contribuindo para a reprodução da

desigualdade racial no país, naturalizando a condição de pobreza e miséria da população negra.

Ao contrário a discriminação, que é o racismo na forma de ações, Theodoro (2014, p. 2015) aponta que “ é crime imprescritível e inafiançável (Constituição Federal e Lei Caó, de 1989). Ainda que a legislação atual fale em preconceito racial, ela está direcionada para as práticas de discriminação racial”. A discriminação pode ser na forma de agressão física, injúria, restrição de circular em determinados ambientes tidos como privilegiados, entre outros, submetendo os indivíduos a diversos constrangimentos e limitando os mesmos.

### 3 QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo irá trazer como o Estado brasileiro, cada vez mais conservador, vem se distanciando das políticas sociais.

Também, irá abordar como esse fato se reflete de maneira desfavorável no cotidiano da população mais vulnerável, agravando a questão social e intensificando, assim, os índices de desigualdade social. A precarização das políticas públicas também impossibilita que milhares de pessoas tenham um atendimento integral por parte do Estado, violando seus direitos.

Destaca-se que este capítulo também contempla o levantamento realizado em edições disponíveis da Revista Serviço Social & Sociedade, delimitando o período entre 2010 e 2020 como recorte temporal do material da pesquisa; todos os artigos estão disponíveis no banco de dados on-line SciELO. A busca serviu para observar o que o Serviço Social tem acumulado sobre questão racial e quais as perspectivas sobre tema.

#### 3.1 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL COMPREENDIDA A PARTIR DAS DESIGUALDADES RACIAIS

O enfrentamento crítico da realidade é necessário para uma base sólida de conhecimento aliada a uma direção política consistente, muitas vezes a ausência do Estado no atendimento às demandas sociais, com o seu afastamento das políticas sociais, se reflete em um quadro agravante da questão social.

Isso fica evidente na precarização das políticas de habitação, saneamento básico, educação, lazer, saúde que impedem milhares de pessoas que vivem situações de violação de direitos e demandam por um atendimento integral por parte do Estado. Além disso, fica nítida a necessidade de se pensar políticas sociais que venham a atender a essas questões, com ações específicas que dialoguem com este segmento da população.

Considerando que as relações sociais estão marcadas por assimetrias, podemos afirmar que o fator raça/cor é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos. Neste sentido, a exclusão da população negra é constatada em todos os indicadores sociais, demonstrando que tal população permanece em situação de profunda desigualdade, situando-se nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira (DIAS, 2015, p. 313).

Outrossim, a desigualdade é tida como algo normal, tornando a população negra invisível dentro da sociedade, violando seus direitos. Algumas situações, como a pobreza, bem como seres humanos habitando em locais totalmente insalubres, inclusive mulheres, crianças e idosos, são tratadas como episódios isolados, algo que não é de interesse do poder público. Pelo contrário, essas situações são naturalizadas como algo que sempre existiu, criando, assim, a cultura da preservação da desigualdade social.

Embora reconheçamos que existem avanços na legitimidade política das ações de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade entre negros e brancos, verifica-se, também, a existência de barreiras ideológicas e políticas de predominância dessa abordagem no meio acadêmico, estatal e societário. Sobre isto, afirmamos que estas assimetrias se solidificaram de tal forma, com largas estruturas fincadas sob o pilar da falsa democracia racial (DIAS, 2015, p. 313).

Nesse contexto, ao se examinar o período de estruturação da sociedade brasileira, depara-se com as crueldades realizadas contra a população negra, indígenas e também imigrantes pobres, tudo isso efetuado com o objetivo de fortalecer a classe dominante.

“A ‘questão social’ é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas” (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Ademais, o capitalismo determina que seja crescente a produção e, conseqüentemente, o lucro e a acumulação. Em meio a isso, crises políticas e financeiras afetam todo mundo, estimulando a discriminação e a violência.

O trabalho dos/as assistentes sociais tem conexão direta com as necessidades da população negra. Diante disso, o racismo foi tema da campanha denominada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), na gestão de 2017 a 2020 (CFESS, 2020). Os assistentes sociais estão nos mais diversos espaços públicos, como saúde, habitação, educação e assistência social, sendo o combate ao preconceito um de seus princípios fundamentais, previsto no Código de Ética profissional.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código de ética profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída a ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social (EURICO, 2013, p. 293).

Ao colocar em foco o tema, estimula as intervenções no combate ao racismo no cotidiano dos profissionais, fortalecendo o entendimento sobre as mais diversas manifestações do mesmo. O propósito da campanha foi de dialogar com toda a categoria profissional, bem como a população usuária do Serviço Social, movimento negro e sociedade em geral sobre racismo, onde a categoria profissional foi provocada a intensificar atividades em seu cotidiano, valorizando a população e a cultura negra (CFESS, 2020). No decorrer da campanha, foram produzidos cartazes e vídeos denunciando, de forma direta, as expressões do racismo (CFESS, 2020). De acordo com o CFESS (2019), o Serviço Social brasileiro tem construído, com muito esforço teórico e político da categoria, posicionamentos e normativas que são a expressão de seu direcionamento para outra forma de sociabilidade, anticapitalista, antirracista e não heretopatriarcal.

Embora se saiba que houveram grandes avanços, também é evidente que o conservadorismo esteve presente desde as origens da profissão e jamais foi superado totalmente. Portanto, não é o fato de um indivíduo ser assistente social que o torna imune a qualquer tipo de reprodução seja do racismo ou de alguma outra referência da base das relações sociais.

*A/o assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos (IAMAMOTO, 2008, p. 129).*

Nesse sentido, a categoria profissional vem fortalecendo os movimentos de trabalhadores em defesa de direitos sociais, lutando para a extinção de qualquer forma de opressão e exploração, reagindo à naturalização das desigualdades.

Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto a

incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2008, p. 129).

Os profissionais experimentam em seu cotidiano, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho, insegurança, baixos salários e leis trabalhistas que não objetivam a proteção social do empregado, e frequentemente sofrem assédio moral, causando adoecimentos resultantes do trabalho. Iamamoto (2015, p. 118) acena que: “Os assistentes sociais estão sujeitos, como todos os demais trabalhadores, às mesmas tendências do mercado de trabalho, sendo inócua qualquer iniciativa isolada de cunho corporativista para a defesa do seu trabalho específico”.

Corroborar-se com os argumentos da autora, dado que a diminuição de postos de trabalho aliada à instabilidade vista hoje no emprego pode ser sentida por toda classe trabalhadora, não sendo restrito os/as assistentes sociais, sendo necessária a articulação entre os trabalhadores para fortalecimento entre a classe (IAMAMOTO, 2015).

Assim, o atual cenário desafia assistentes sociais brasileiros, bem como as entidades profissionais associadas, em sua tarefa de construção coletiva de ações e enfrentamentos que incidem sobre a formação profissional e o trabalho do/a assistente social. E, ao mesmo tempo, fundamentam as ações de resistências coletivas, nas quais assume papel central à ação política das entidades organizativas do Serviço Social. Destacando o compromisso profissional assumido no projeto ético-político da profissão, materializado pela Lei de Regulamentação nº 8.662/93, pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), nos quais se reconhece como valor central a liberdade, estabelecendo um compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Nesse ínterim, o próximo capítulo irá trazer um levantamento realizado a partir das publicações da Revista Serviço Social & Sociedade, onde a mesma tem grande relevância para acadêmicos e profissionais de Serviço Social.

### 3.2 AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA QUESTÃO RACIAL

O Serviço Social é uma profissão que, apesar das poucas publicações relacionadas ao tema da questão racial, precisa estar sempre pautando o assunto pela sua relevância. Além disso, esta temática necessita ser discutida e introduzida pela profissão, nas entidades representativas da categoria, bem como na academia.

Entende-se que existe um longo caminho para ser percorrido relacionados ao assunto. Para tanto, realizou-se um levantamento sobre o que o Serviço Social tem acumulado sobre artigos relacionados à questão racial e quais as perspectivas sobre tema. Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi realizado o levantamento das edições referentes à produção de artigos na Revista Serviço Social & Sociedade, onde foram encontrados somente nove (9) artigos relacionados a temática, delimitando um período de 10 anos como recorte temporal do material da pesquisa, considerando todos os artigos disponíveis no banco de dados on-line da plataforma SciELO.

Destaca-se que a Revista Serviço Social & Sociedade é uma fonte muito importante de pesquisa com conteúdo sobre a profissão, abarcando assuntos que são utilizados durante a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais. Para identificar artigos, buscou-se na internet produções que tivessem em seu título a expressão “questão racial”. O Quadro 1 possibilita a visualização das principais características observadas.

Quadro 1 - Artigos pesquisados na Revista Serviço Social & Sociedade

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Palavras-chave</b>
Martins (2012)	O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade	Objetiva analisar na gênese do capitalismo brasileiro bem como os elementos que fazem com que a população negra ocupe postos de trabalho precários e informais em relação aos brancos	Desigualdade racial, desemprego, trabalho precário e informal
Eurico (2013)	A percepção do assistente social acerca do racismo institucional	O artigo investiga a percepção dos profissionais acerca do racismo, preconceito e discriminação em seu trabalho cotidiano	Racismo institucional, ética profissional, questão racial, Serviço Social

(Continua)

(Conclusão)

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Palavras-chave</b>
Ortegal (2018)	Relações raciais no Brasil: coloniedade, dependência e diáspora	Discutir as relações raciais no Brasil em uma perspectiva crítica bem como a teoria marxista da dependência e a decoloniadade	Raça, racismo, decolonialidade, teoria marxista da dependência, genocídio, diáspora
Pereira e Sampaio (2018)	A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira	O objetivo deste artigo é analisar a complexidade da relação classe e raça na composição da classe trabalhadora brasileira	Escravidão, capitalismo, classe trabalhadora
Barroso (2018)	Notas para o debate das relações de exploração-opressão da sociedade patriarcal-racista-capitalista	Problematizar a relação entre exploração e opressão a partir da perspectiva do patriarcado e do racismo	Exploração-opressão, patriarcado-racismo-capitalismo, relações sociais
Madeira e Gomes (2018)	Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo	Abordar como o racismo se estrutura na sociabilidade brasileira, evidenciando as desigualdades sociais e raciais	Racismo estrutural, desigualdades raciais, resistência negra
Eurico (2018)	As lutas contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social	O artigo objetiva apreender como a intervenção de mulheres negras que ingressaram na profissão legítima o debate contra o racismo	Racismo institucional, população negra, Serviço Social
Buozzi (2018)	A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil	O objetivo do artigo é trazer uma reflexão sobre o alto índice de encarceramento e genocídio da juventude negra no Brasil	Consciência, criminalização seletiva, ideologia, direito, manipulação
Assis (2018)	Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões a violência obstétrica	Trazer conceitos como racismo institucional, direitos humanos, para compreender a violência relacionada a mulheres negras na saúde	Interseccionalidade, direitos humanos, racismo institucional, cidadania insurgente, mulheres negras

Fonte: Da autora (2021).

O Quadro 1 evidencia a autoria dos artigos, seguidas do título, objetivos e das palavras-chaves identificadas nos artigos. No período definido para realização da pesquisa, foram publicados pela Revista Serviço Social & Sociedade um total de 09 (nove) edições de artigos referentes à questão racial. A seguir, passa-se à descrição de cada um deles.

O primeiro deles foi escrito por Tereza Cristina Santos Martins, com o título “O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade” publicado no ano de 2012. O artigo traz um debate sobre a crise do sistema capitalista e as mudanças no mundo do trabalho que têm afetado intensamente a classe trabalhadora nos anos de 1970. Segundo a autora: “é preciso observar, no entanto, que já nos fins da década de 1960 a busca contínua de extração da mais-valia conduziu a um deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto” (MARTINS, 2012, p. 452). Para ela, os trabalhos, uma vez realizados por vários indivíduos, foram aos poucos sendo substituídos por máquinas, estimulando o desemprego; também destaca que a condição de desigualdade e as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital não afetam igualmente brancos e negros, sendo a força de trabalho negra a mais atingida pelos fenômenos como desemprego, trabalho precário e informal (MARTINS, 2012). Conforme Martins (2012, p. 456):

Com o fim do trabalho escravo e da proclamação da República, o monopólio do poder, o controle sobre o Estado e o domínio político passam a ser exercidos pelos grandes proprietários. Diante dos seus interesses econômicos e políticos, o índio, o negro e mesmo o branco nacional eram questões que a nascente burguesia remetia à último plano.

Diante disso, a imigração no Brasil é baseada em uma ideia racista de que o negro não estava qualificado para exercer trabalho livre e, por outro lado, na perspectiva de branqueamento da população brasileira. Assim sendo, pode-se considerar que a imigração está fundamentada em um pensamento racista em relação à população negra. O artigo aborda também que, a partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, ficam evidentes os elementos que constituem a discriminação e desigualdade racial no Brasil. Martins (2012, p. 465) sinaliza que:

Em relação aos trabalhadores negros (pretos e pardos), estes ocupam postos do mercado de trabalho sem carteira assinada, com predominante inserção no emprego doméstico, no trabalho por conta própria sem ensino superior

completo, na construção para benefício próprio, de produção para o próprio consumo e não remunerado.

Nesse contexto, é possível constatar que o racismo está associado às novas formas de produção, influenciando na concentração da classe trabalhadora negra no desemprego e empregos informais, com precárias relações de trabalho. Além disso, diante do desemprego estrutural e das crescentes formas precárias de contratação, muitos trabalhadores dos diversos setores foram obrigados a desenvolverem várias atividades dentro de um mesmo serviço, além de terem aumentado a jornada de trabalho.

Outro artigo analisado foi de Marcia Eurico, com o título “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”, onde se aborda como nas primeiras décadas do século XX o modo de produção capitalista mudou as relações sociais e como a questão social ganha visibilidade nesse contexto através das lutas da classe trabalhadora pelos direitos sociais contra o Estado. Nesse cenário, surge o Serviço Social brasileiro na década de 1930, sob grande influência da Igreja Católica, para intervir nas mais diversas manifestações da questão social, que era vista como um problema moral e religioso (EURICO, 2013). As questões raciais também não eram tratadas de forma adequada.

“Na história contada sobre o país há uma lacuna importante quanto ao destino da população negra após a abolição, fruto do silêncio que insiste em ratificar que a injustiça cometida contra essa parcela da população cessou com o fim da escravatura” (EURICO, 2013, p. 294).

Nessa perspectiva, pode-se constatar que a exclusão da população negra e a atribuição ao negro da culpa por sua condição social se deu por conta da busca pela transformação da nação em um país desenvolvido e industrializado. Eurico (2013, p. 294) sinaliza que “grupos considerados superiores obtêm privilégios em relação aos outros grupos, considerados inferiores”. Essas desigualdades são compreendidas como discriminação racial, quando são encontrados elementos que refletem a ideia de raça. O artigo debate que a discriminação racial se concretiza através do preconceito racial, que é a manifestação comportamental baseada no juízo de valor. Conforme Eurico (2013, p. 295), “o uso do conceito de raça nas Ciências Sociais e na política brasileira apresenta vários problemas que precisam ser equacionados”, visto que o conceito não está baseado em uma fundamentação biológica. Eurico (2013, p. 296) acena que “por sua vez, o conceito de etnia refere-se a indivíduos que

compartilham uma herança social e cultural transmitida de geração em geração”. A etnia expõe aspetos culturais enquanto valorização humana.

A referida autora explana ao longo do artigo que os conceitos raça e etnia não são sinônimos, mas complementares; entretanto, os dois conceitos promovem a discriminação (EURICO, 2013). As pessoas são discriminadas pela cor da pele, traços faciais, tipo de cabelo, etc. O racismo por si só já é desumano; quando perpassa o cotidiano das instituições, se configura como racismo institucional. Para tanto, o artigo apresenta uma análise sobre a percepção dos/as assistentes sociais acerca da questão racial e dos mecanismos de reprodução do racismo na sociedade que ainda é distorcida e carregada de estereótipos (EURICO, 2013).

Destaca-se que a maioria dos artigos publicados sobre o tema da “questão racial” na Revista Serviço Social & Sociedade ocorreram no ano de 2018, considerando que foi lançada uma edição especial da revista, de número 133, de setembro a dezembro, trazendo debates e reflexões sobre o “Racismo e suas expressões sócio institucionais: traços estruturantes da sociedade brasileira”. Essa edição tinha a finalidade de contribuir para a superação das desigualdades sociais, bem como com o combate a todas as formas de opressão e exploração, colaborando também com o processo permanente que a profissão tem feito ao longo dos anos, no sentido de avançar teórica e politicamente. Ao todo, foram 07 (sete) artigos publicados nessa edição ligados às questões étnico-raciais.

O primeiro, intitula-se “Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora” de Leonardo Ortegá, o qual discute sobre como as relações sociais no Brasil foram marcadas por distinção de cunho racial onde o negro e o indígena não eram considerados humanos, resultando na exploração, escravização e extermínio desta população. Ortegá (2018, p. 417) aponta que “isto está evidenciado nos mais diversos estudos da historiografia e da sociologia do Brasil e não teve seus efeitos suspensos ‘por decreto’”. Dessa maneira, pode-se inferir que, antes das classes sociais aparecerem, era a raça que separava oficialmente os grupos sociais. No entanto, à medida que o capitalismo se embeleceu em países europeus, a ideia foi que o racismo também tivesse chegado ao fim, pois achava-se que o livre mercado iria oferecer as mesmas condições para todos que dependiam da sua força de trabalho (ORTEGAL, 2018).

Na realidade brasileira, se confirmou a existência de um racismo diferente, visto que está mais ligado à cor da pele e do fenótipo do que à origem racial. O racismo é

uma forma de violência que atinge os indivíduos, eliminando histórias de um povo. O autor traz dois elementos em seu artigo: a diáspora e o genocídio.

De acordo com Ortegá (2018, p. 423), “a diáspora, mais precisamente a diáspora africana a categoria responsável por reconectar o problema do racismo a sua formação histórica na modernidade”. Diáspora significa o afastamento da população negra trazida à força para trabalho escravo nas colônias europeias, enquanto o genocídio são “as conexões entre as violências e violações perpetradas, contra a população negra tratadas via de regra pelo Estado e pelas políticas sociais como problemas isolados” (ORTEGAL, 2018, p. 423). Nesse diapasão, o genocídio da população negra está presente nos altos índices de encarceramento e taxas de mortalidade materna mais elevadas, dada a complexidade das relações sociais que fazem emergir a opressão, revelando as características racistas existentes no país.

O artigo seguinte da edição de 2018 é intitulado “A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira” de Ellen Caroline Pereira e Simone Sobral Sampaio. As autoras analisam as mudanças do sistema produtivo ocorridas no país no início do século XX, bem como as novas formações da força de trabalho, e como essas transformações foram decisivas no âmbito de organização da classe trabalhadora (PEREIRA; SAMPAIO, 2018). O artigo expõe algumas ideias de autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni que discorrem sobre como as teorias racialistas, mesmo no processo de transição do escravismo para as relações de trabalho na sociedade capitalista, persistiram na formação da classe trabalhadora brasileira. Também, como a população negra após a abolição da escravatura ficou excluída do novo sistema de trabalho livre (PEREIRA; SAMPAIO, 2018).

A intensa produção de déficits no corpo negro produziu, e ainda produz, marcas de toda ordem: na composição da classe trabalhadora, marcada pelo alijamento da população negra da relação salarial formal, exemplo disso é a formalização recente do trabalho das empregadas domésticas; na segregação racista promovida pelo higienismo, na produção de inferioridade e estigma (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p. 444).

Diante do exposto, é possível verificar que a classe trabalhadora no país é marcada pela perseguição, bem como pela inferioridade atribuída à população negra; esses elementos contribuíram para a pobreza e marginalização desses indivíduos. O racismo no Brasil se constitui como um grande condutor de fragmentação da classe

trabalhadora, criando formas de opressão e exploração e produzindo a falta de confiança dentro da própria classe (PEREIRA; SAMPAIO, 2018).

Ainda na edição especial, foi publicado o artigo “Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista” de Milena Fernandes Barroso. O artigo problematiza a relação entre exploração e opressão a partir da perspectiva de que o capitalismo está fundamentalmente ligado ao patriarcado e ao racismo. A autora salienta a relevância da percepção desses sistemas para uma análise da totalidade, uma vez que as contradições nascem nas relações sociais e não podem ser separadas de elementos como sexo/gênero, etnia-raça e classe (BARROSO, 2018).

Barroso (2018, p. 459) cita que “logo, entende-se que separar a exploração das opressões, ou negar a centralidade das opressões ou as determinações para além da classe, pode cooperar para, além de fragmentar a apreensão da totalidade, segmentar as lutas”. Na medida que o patriarcado permeia em todas as áreas da vida social, também o capitalismo alienou todas as relações sociais e da mesma forma o racismo se difundiu em todas as esferas como herança do escravismo. Isso significa que uma sociedade emancipada só será possível se superadas as relações de opressões que a manipulam (BARROSO, 2018).

A quarta publicação da edição especial tem como título: “Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo” de Zelma Madeira e Daiane Daine de Oliveira Gomes. As autoras explanam como a abolição da escravidão foi incompleta, fortalecendo as manifestações e práticas de criminalização de comportamento, marginalizado a população negra e classificando a mesma como desocupada e preguiçosa (MADEIRA; GOMES, 2018).

Madeira e Gomes (2018, p. 466) declaram que “tal fato guarda relação com os presídios abarrotados na sua maioria por negros e negras, gerando aumento de detentos tidos como os fora da lei, fora de controle, perigosos, maldosos e que representavam ameaça”. Dessa forma, o racismo se instala em todas as estruturas, onde os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação de europeus para trabalhar em solo brasileiro, inferiorizando a população que aqui já habitava - a maioria ex escravizados, que, por sua vez, não escolheram estar aqui nesta situação de extrema vulnerabilidade.

De acordo com Madeira e Gomes (2018, p. 468), “eram tidos como seres apáticos, de baixo nível mental, despreparados profissionalmente e derrotados na

competição ocupacional e econômica”. Desse modo, foi se construindo um suposto medo em relação à população negra recém liberta, já que era vista como uma massa de gente miserável, ganhando rótulos de perigosa por parte da elite composta por grandes proprietários de terra. As autoras também discorrem sobre como o racismo opera estruturalmente na formação social capitalista, bem como se posiciona estrategicamente como mecanismo para definir lugares dentro da sociedade, violando direitos humanos e oprimindo a população negra (MADEIRA; GOMES, 2018). Para tanto, é primordial assegurar a implantação de políticas públicas, voltadas à necessidade dessa população e com a participação dos mesmos.

A quinta publicação, intitulada “A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social”, de Márcia Campos Eurico, relata algumas situações de violação dos direitos humanos e como se refletem no cotidiano de muitos brasileiros, afetando mais homens e mulheres negras, principalmente nas condições vergonhosas que enfrentam sem acesso ao mínimo para sobreviver com dignidade.

Homens e mulheres de todas as idades que morreram pelas mãos do Estado brasileiro, pela fome, pobreza, acesso precário à saúde, à moradia, à segurança pública, pela criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, pela ação desenfreada das milícias, entre tantas outras expressões violentas da questão social (EURICO, 2018, p. 516).

Nessa conjuntura, pode-se destacar também os altos índices de encarceramento da população negra, morte, violência e miséria que são diariamente veiculadas pela mídia.

A questão étnico-racial, no contexto da sociedade brasileira na contemporaneidade, busca aprender como a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, ativistas na luta contra o racismo, que ingressaram na profissão, principalmente a partir de 1980, legitima o debate na vida cotidiana (EURICO, 2018).

A autora debate sobre o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora. Segundo Eurico (2018, p. 517), “as/os assistentes sociais podem no seu trabalho cotidiano reproduzir práticas racistas”, visto que o racismo está imbricado em instituições públicas e privadas, se expressando nas relações de poder, por exemplo, sendo necessário que os profissionais se fortaleçam resistindo frente a essas estruturas de poder. Assim sendo, compete aos profissionais se unirem na luta contra

todas as formas de exploração e opressão, se empenhando na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação.

O sexto artigo da edição especial tem como título “A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil”, de Jaqueline Garcez Buozi. O artigo aborda as reflexões sobre a relação entre a manipulação das consciências e a naturalização das manifestações mais expressivas da barbárie atual no Brasil e genocídio da juventude negra. A autora realiza considerações em relação à mídia no que diz respeito à criminalização, dado que atua como instrumento que produz e reproduz estereótipos influenciando indivíduos, dividindo a sociedade entre cidadãos de bem e bandidos (BUOZI, 2018). Buozi (2018, p. 545) aponta que “Os discursos de ódio, o aumento dos linchamentos, os crimes contra a vida praticados pela polícia, sob o véu da suspeita e da legalidade, demonstram a materialidade do racismo enquanto ideologia a serviço do grande capital”.

Além de tudo, tanto os meios de comunicação quanto o campo jurídico são controlados pela classe dominante, dando suporte à manipulação de consciências, tornando imprescindível a criação de estratégias para superar o atual modo de produção que se alicerça na dominação, exploração e violência, bem como se organizando no sentido de construir uma nova forma social canalizada para as necessidades humanas e sociais.

O último artigo da edição especial da revista é “Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões violência obstétrica”, de Jussara Francisca de Assis. O referido estudo evidencia a difícil trajetória sentida por mulheres negras, tanto no período de gravidez, como no pós-parto nos serviços públicos de saúde. A gestação é um momento cercado de expectativas por grande parte das mulheres e suas famílias, mas muitas vezes se torna um momento de dor e perda (ASSIS, 2018). Isso expõe conceitos como interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos para compreender a violência obstétrica relacionada às mulheres negras na saúde.

De acordo com Assis (2018, p. 561), “geralmente, o saber biomédico que contamina a maioria dos profissionais de saúde tende a desconsiderar as opiniões das mulheres, não as tendo como sujeitos de direitos”. Nessa perspectiva, é fundamental o investimento em educação em saúde para profissionais e usuários,

colocando em pauta o reconhecimento da cidadania no que se refere ao direito reprodutivo das mulheres negras.

Considerando que as políticas de saúde existentes são importantes para o enfrentamento da mortalidade de gestantes, ainda assim tem muitos desafios a serem enfrentados e superados, como o baixo investimento em políticas públicas existentes, racismo e o sexismo, que devem ser enfrentados com a participação social e a valorização dos profissionais de saúde (ASSIS, 2018).

De modo geral, os artigos expuseram temas variados, onde o racismo e a questão racial encontram-se em destaque, tal como a classe e a questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. Os artigos que foram explorados mostram uma perspectiva voltada à compreensão do racismo a partir da formação sócio-histórica, tendo em vista o interesse em desvendar a realidade da população negra na contemporaneidade. Dessa maneira, as publicações proporcionam uma maior aproximação com a temática referente à questão racial e suas manifestações que se conectam com a questão social, onde a mesma foi característica predominante na formação social explícita por séculos de escravismo.

Ademais, o levantamento de artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, a qual possui grande valor para acadêmicos e profissionais de Serviço Social, possibilitou um maior entendimento sobre as questões étnico-raciais no Brasil. O tema está diretamente ligado com as demandas relevantes para as/os assistentes sociais, sustentando seu projeto profissional. O racismo, que por vezes conserva as desigualdades, deve ser tratado na formação dos estudantes e, posteriormente, no trabalho dos profissionais. O combate a todas as formas de preconceito tem que estar no cotidiano de formação de estudantes e também no trabalho profissional, e não apenas ser abordado quando um ato discriminatório acontece.

O que se evidencia após a realização da consulta na Revista Serviço Social & Sociedade é que ainda há um número reduzido de artigos publicados, considerando o total de artigos publicados na revista entre os anos de 2010 e 2020. No entanto, percebe-se que há um esforço dentre os autores em pautar a questão racial, com o objetivo de compreender os elementos que estruturam a sociedade.

Nessa mesma direção, o próximo capítulo irá abordar alguns aspectos relacionados à saúde e população negra na experiência do estágio em Serviço Social.

## **4 A SAÚDE E A POPULAÇÃO NEGRA NA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

O presente capítulo objetiva trazer uma breve retomada acerca da definição de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como a importância da implementação de um Sistema Único de Saúde (SUS), que abarca toda a população brasileira. Também vai abordar a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e sua importância no atendimento integral à população negra.

Além disso, será abordada a experiência do estágio supervisionando do curso de Serviço Social em uma Organização não Governamental (ONG), possibilitando uma maior aproximação com o cotidiano de desigualdades sociais dos usuários, principalmente na área da saúde, bem como tratar como esta vivência motivou a escolha do tema questão racial e a aprofundar mais o estudo sobre o assunto.

### **4.1 ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE E POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL**

A saúde juntamente com a assistência social e previdência social formam um conjunto de políticas públicas que compõem o tripé da seguridade social, que se destina ao bem-estar dos cidadãos, portanto, é parte importante na discussão das garantias de direito sociais. Diante disso, a reflexão sobre o trabalho do/a assistente social na área da saúde traz consigo um significado relevante: o de qualificar o exercício coletivo também individual. Conforme o Ministério da Educação (MEC), “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (BRASIL, 2010). O conceito adotado pela OMS, e citado pelo MEC, embora muito debatido, está muito distante da realidade das pessoas, pois a saúde não é algo estável, uma vez que se atingida se mantém. Pelo contrário, a saúde depende de vários elementos, como, por exemplo, habitação, alimentação, educação, lazer, dentre tantos outros fatores.

Apesar desse conceito ser alvo de muitas críticas (a saúde seria tida como algo utópico e inalcançável, por exemplo), ele é de fundamental importância para as políticas de saúde pública na medida em que considera não apenas determinantes biológicos da saúde, mas também leva em conta o processo saúde-doença como resultado do binômio corpo-mente e de sua interação com o meio ambiente (BADZIAK; MOURA, 2010, p. 71).

Nessa perspectiva, é de extrema importância que a saúde seja pensada não só como a ausência de doença, mas sim como um conjunto de determinantes que abrangem a promoção da saúde, como a prática cotidiana de exercício físico, boa alimentação, saneamento básico, habitação e também uma rede de apoio em serviços de saúde. Conforme Badziak e Moura (2010, p. 77), “a participação popular aparece como peça fundamental quando se considera a saúde como um direito social”. Esse mecanismo também é um ponto de partida para que a população lute contra as injustiças ao acesso desigual à saúde, possibilitando também a fiscalização e o controle das ações do Estado. Além disso, a participação social é regulada pela Lei nº 8.142/90, a partir da criação de Conselhos e Conferências de Saúde, oportunizando que os indivíduos participem de processos de decisão relacionados à saúde, com o intuito de intervir na política de saúde (BRASIL, 1990b).

O SUS é resultado da construção histórica de décadas, onde, no ano de 1986, aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu após o fim da ditadura militar iniciada em 1964.

A Lei nº 8.080/1990 institucionalizou o SUS de acordo com a concepção ampla do conceito de saúde adotado na Constituição e reafirma, em seu artigo 3º, que entre outros “a alimentação, moradia saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer” determinam de forma significativa as condições de saúde da população, e estes por sua vez “expressam a organização econômica e social do país” (BRASIL, 1990a). A realização da 8ª Conferência de Saúde contou com a participação dos usuários estimulados pelo movimento de Reforma Sanitária que sugeriram a criação de uma ação institucional correspondente ao conceito ampliado de saúde, que engloba promoção, proteção e recuperação da mesma (BRASIL, 1990a). Baseando-se em Reis, Araújo e Cecílio (2011), o SUS, criado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também chamada de “Lei Orgânica da Saúde”, é a tradução prática do princípio constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado.

A concepção ampliada de saúde e o princípio da saúde, reconhecidos como direito universal e dever do Estado, foram discutidos na conferência e foram incorporados na Constituição Federal de 1988, bem como nas leis orgânicas da saúde, Lei nº 8.080 e Lei nº 8.142, as duas do ano de 1990 (BRASIL, 1990a, 1990b). Conforme o Art. 2º: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990a).

A política de saúde, após a sua consolidação no país, trouxe benefícios amplos a todos os brasileiros. Dessa forma, obedece a princípios como igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Mesmo com alguns pontos negativos do SUS, entende-se que é uma proposta extremamente ousada, avançada e democrática; tem-se um financiamento solidário, que oferece cobertura para todos os cidadãos.

O Ministério da Saúde, através do Painel de Indicadores do SUS – Temático Saúde da População Negra, destaca que:

Aproximadamente 30% da população da região das Américas é composta por mulheres, homens e crianças afrodescendentes, o que se traduz em mais ou menos 200 milhões de pessoas que vivem em condições desfavoráveis que impactam todas as esferas de suas vidas (BRASIL, 2016, p. 9).

Além disso, a população negra permanece sendo uma das mais desfavorecidas, apresentado altos índices de pobreza, desemprego e analfabetismo; isso tudo relacionado com menor acesso aos serviços de saúde e saneamento básico.

O reconhecimento do racismo presente na sociedade brasileira ainda é de maneira dissimulada, isso implica diretamente na forma que a população negra acessa e são atendidas no contexto dos serviços de saúde. A consequência disso são indivíduos cada vez mais adoecidos e excluídos.

O Ministério da Saúde reconhece o racismo como um determinante social de saúde da população negra, o que se expressa na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tem como objetivo geral: “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (BRASIL, 2016, p. 10).

Ademais, sabe-se que o reconhecimento do racismo como um determinante social que prejudica o acesso aos serviços de saúde se reflete nos maiores índices de mortalidade materna e infantil e violência em grandes centros urbanos contra a população negra; portanto, é fundamental a qualidade do atendimento para superar e enfrentar o mesmo. A história da população negra no Brasil é marcada por desigualdade, independentemente de ter ocorrido a abolição da escravidão, pois há ausência de políticas de inclusão de negros/as no processo produtivo e social. Conforme Guimarães (1995, p. 26), “os brasileiros se imaginam em uma democracia racial, essa é uma fonte de orgulho nacional”. Contudo, o longo período de

escravização da população negra foi uma influência desfavorável em relação à inserção destes indivíduos na sociedade, favorecendo o acesso desigual às oportunidades e também aos direitos, incluindo a saúde.

Foram vários os fatores que contribuíram para a marginalização da população negra na sociedade brasileira, como, por exemplo, o imaginário de sua inferioridade; e, com isso, continuaram, em sua grande maioria, excluídos e sem acesso a vários bens, inclusive a saúde.

Ainda hoje, são frequentes as discriminações raciais, associando negras e negros a estereótipos negativos, de subalternidade que reforçam sua marginalização social, econômica, política e cultural. Vale mencionar que são recentes as políticas da promoção de igualdade racial promovidas pelo Estado brasileiro” (BRASIL, 2016, p. 13).

Considerando que a saúde está diretamente relacionada a elementos sociais, econômicos e culturais, causando impacto na integridade física, psicológica dos indivíduos, somando-se a isso as condições precárias de moradia, renda, entre outros, no ano de 2006, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e instituída em 13 de maio de 2009 a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Conforme o Painel de Indicadores do SUS – Temático Saúde da População Negra, a PNSIPN surge como resultado do reconhecimento das iniquidades em saúde da população negra, da necessidade de priorizar a redução dos agravos que incidem desproporcionalmente (BRASIL, 2016).

A referida política foi uma conquista dos Movimentos Sociais Negros. O propósito dessa política é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais e da mortalidade, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços no âmbito do SUS.

A cartilha da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), em sua 3ª edição, “aponta que características socioeconômicas implicam diretamente sobre a saúde da população negra, além disso é necessário compreender esta relação para combater as desigualdades” (BRASIL, 2017). Além do mais, pode-se constatar que o adoecimento e a saúde estão diretamente ligados a fatores sociais e econômicos que afetam a integridade física e psicológica, podendo ser individual ou coletiva, isso tudo somado às condições históricas de inserção social, incluindo

também moradia, renda, entre outros elementos, determinando o acesso a bens, serviços e saúde.

Para Dias (2015, p. 323), “o caráter prático-interventivo da profissão busca a efetivação dos direitos de cidadania dos usuários”. O Serviço Social é uma profissão que além de atender as demandas e necessidades dos usuários na busca pelo acesso aos seus direitos, compreende também que a questão racial está na base estrutural da sociedade, influenciando nas relações sociais, condições de vida da população, acesso à renda, entre outros. Para tanto, é necessário fazer uma análise crítica da realidade onde se está inserido, possibilitando uma intervenção mais eficiente.

No entanto, é sabido que na sociedade brasileira há poucos espaços que se colocam como arena de debates acerca da temática étnico-racial. Isto não é um problema que se manifesta só entre a categoria profissional dos assistentes sociais. Porém, está preconizado no Código de Ética Profissional (1993), o compromisso na busca pela equidade e justiça social, pois, sem igualdade não há justiça. Portanto, em face desse posicionamento, torna-se necessário que tal categoria se aproprie de discussões que a façam exercer o seu compromisso ético e político (DIAS, 2015, p. 325).

Também é necessário que a categoria profissional esteja engajada na luta pela afirmação de direitos dos usuários, compreendendo que a questão racial faz parte do conjunto das relações sociais. Tendo em vista, que o debate em fóruns de formação profissional é muito importante, pois só assim a categoria poderá assumir o compromisso político, debatendo assuntos relevantes dentro da sociedade, como classe e gênero.

Conforme Dias (2015), essa categoria deve atentar-se para que a condição da população negra não seja subjugada ou secundarizada por quem se coloca como construtor de uma nova ordem societária, onde não cabem explorações e nem dominações, sejam elas de qual origem for. Por conseguinte, ocultar algumas discussões sobre assuntos relevantes não está de acordo com o Projeto Ético Político que os profissionais optaram por seguir, como pontua Dias (2015, p. 325), “é o da classe trabalhadora, composta pela parcela mais empobrecida da sociedade brasileira”.

Nesse sentido, é possível destacar que a superação das desigualdades sociais só será possível se a transformação social andar em conjunto com o respeito às particularidades históricas de cada sociedade.

Segundo o CFESS (2009), em seus parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde, a atuação profissional deve estar pautada em uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que repercutem nos diversos níveis de complexidade da saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta densidade tecnológica. Assim sendo, a inserção do profissional em hospitais, maternidades, entre outras estruturas de saúde está fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social, onde o mesmo se mantém comprometido com o direito ao acesso universal das políticas públicas; em consequência disso, se empenhando para superar as desigualdades entre as classes (ÁVILA, 2017).

Para tanto, no próximo capítulo, optou-se por compreender a questão racial em um espaço institucional e suas expressões na saúde, bem como em outros aspectos da vida cotidiana de usuários em uma instituição não governamental.

#### 4.2 PERCEPÇÕES DA QUESTÃO RACIAL ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

A experiência do estágio supervisionando do curso de Serviço Social em uma ONG, denominada Casa Vida Amaro Assistencial a Pessoas em Tratamento de Saúde, possibilitou uma maior aproximação com o cotidiano de desigualdades sociais dos/as usuários/as, principalmente na área da saúde. Essa vivência motivou a escolha do tema questão racial e a aprofundar mais o estudo sobre o assunto.

A instituição Casa Vida Amparo Assistencial a Pessoas em Tratamento de Saúde foi inaugurada em Santa Maria/RS, em abril de 2015. O objetivo da entidade é o amparo a pessoas em tratamento de saúde. A instituição se caracteriza por ONG, que são entidades sócio assistenciais, onde o surgimento do terceiro setor no Brasil se dá entre as décadas de 1970 e 1980, e está vinculado aos movimentos sociais que buscavam fortalecer as lutas sociais.

A Casa Vida foi fundada após alguns membros da equipe integrante da Associação de Apoio a Pessoas com Câncer (AAPECAN), em Pelotas/RS, discordarem com alguns posicionamentos da Associação. Após os tensionamentos, os membros decidiram por não participarem mais da administração da ONG e propuseram fundar uma nova entidade que abrangesse todos os tipos de tratamentos de saúde.

Diante disso, a instituição Casa Vida surgiu na cidade de Pelotas/RS, em 2009, com o objetivo de atender pessoas em vulnerabilidade social em tratamento de saúde através da promoção de serviços assistenciais e sociais, sem fins lucrativos e econômicos. Após, surgiram unidades em outros municípios do estado, como Bagé, Rio Grande, Uruguaiana, Passo Fundo e Camaquã; onde a última inaugurada no estado foi em Santa Maria em abril de 2015.

O público-alvo da instituição é o acompanhante e o paciente que se encontra em tratamento de saúde no município de Santa Maria/RS, que residam em municípios pertencentes à Quarta Coordenaria Regional de Saúde (4ª CRS) e demais regiões do estado. O motivo pelo qual a entidade decidiu inaugurar uma filial no município foi pelo fato de existir o Hospital Universitário Santa Maria (HUSM), que atende uma demanda de trinta e dois municípios através da 4ª CRS. Desse modo, foram analisados os meios para facilitar o acesso dos usuários à entidade, um deles foi alugar uma casa localizada próximo ao HUSM.

Assim sendo, os serviços prestados pela instituição Casa Vida Amparo Assistencial a Pessoas em Tratamento de Saúde são importantes para o amparo aos pacientes em tratamento de saúde, sempre buscando proporcionar ações voltadas para o atendimento físico, social, grupos, oferta de benefícios eventuais e também espaço aberto para escuta qualificada.

Além disso, o processo de estágio tornou possível a proximidade com a realidade de usuários que possuem familiares em tratamento de saúde, e não dispõem de local para realizar refeições, higiene pessoal e descanso.

As visitas domiciliares, bem como as visitas institucionais em instituições sócio-assistenciais e de saúde, foram experiências proveitosas no período do estágio curricular, visto que proporcionaram o conhecimento das estruturas das mesmas e o trabalho desenvolvido por assistentes sociais no local.

Após avaliar todo o contexto que a entidade está inserida, os recursos disponíveis e as dificuldades encontradas no cotidiano da instituição, optou-se pela realização do projeto de intervenção no local, com a proposta da criação de um grupo com temas variados. A equipe era formada por uma assistente social, uma auxiliar administrativa, duas atendentes de telemarketing e uma auxiliar de serviços gerais, onde as participantes se mostraram propositivas e engajadas com a criação do grupo.

As atividades do grupo ocorreram quinzenalmente, entre os meses de agosto a novembro de 2019, sendo que, em alguns dias, o cronograma precisou ser alterado

pela ausência de usuários na instituição. Anteriormente ao início do grupo, foi realizada uma conversa prévia com usuários/as da instituição para discutir quais seriam os assuntos interessantes de serem abordados. Dentre os temas, foi abordada a saúde da mulher do corpo e mente, dinâmicas entre os/as usuários para estimular a conversa, união e apoio mútuo. Durante as rodas de conversa, a equipe se fez presente em todos os encontros, no intuito de enriquecer os debates. As dinâmicas eram compostas por alguma questão relacionada à escuta e momentos de reflexões frente a uma situação difícil vivenciada pelos/as usuários.

A percepção da presente autora, referente à cor/raça dos/as participantes do grupo, não foi baseada em auto declaração, pois nas fichas cadastrais não constam este item; todavia, foi possível perceber que, de modo geral, as pessoas que mais acessam a entidade Casa Vida são pessoas brancas, do sexo feminino.

Além disso, a instituição realiza atividades de assistência material para usuários/as em tratamento de saúde, nas quais foi possível constatar que a maioria eram de pessoas pretas/pardas. De acordo com o IBGE (2019a, p. 12), “a população de cor ou raça preta ou parda situa-se, em maior proporção, abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor ou raça branca”. Dessa maneira, fica evidente que a superação das desigualdades raciais, nos mais variados aspectos, permanece um desafio a ser enfrentado cotidianamente.

No término do estágio curricular na ONG Casa Vida, fez-se a sugestão para que houvesse a continuidade do grupo intitulado Roda Viva, bem como uma maior divulgação nas redes sociais da instituição dos dias da realização do grupo. Ao refletir sobre a experiência vivenciada durante as rodas de conversa, considerou-se positiva, visto que os assuntos abordados fizeram com que existisse uma maior proximidade com os/as usuários hospedados/as na instituição. Ademais, cabe ressaltar a relevância do estágio curricular em uma ONG para a formação profissional, as rodas de conversa foram realizadas com posicionamento ético frente as demandas que envolvem o exercício profissional, considerando como assertivas as intervenções realizadas na instituição.

Nesse íterim, a atuação do/a assistente social em uma ONG deve abranger o atendimento integral e de qualidade, na garantia de direitos, priorizando ações estratégicas e planejadas com intuito de viabilizar o direito integral. É necessário ainda conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários/as no local onde se está

inserido, facilitando, assim, o acesso de todo e qualquer usuário/a aos serviços prestados pela instituição, bem como da rede de serviços e direitos sociais. Por isso o trabalho do/a assistente social em uma entidade sócio-assistencial é incontestável pela sua relevância.

Nessa mesma direção, a categoria profissional se posiciona na luta pela afirmação de direitos dos/as usuários/as, onde a questão racial também compõe o conjunto de relações sociais no país. Para tanto, é necessária a avaliação crítica das expressões da questão social, como também a sua origem e evolução, onde, para tal, é fundamental que aconteçam debates dentro da academia durante a formação profissional e após, em seu cotidiano profissional. Portanto, é indispensável entender suas fundamentações e os diversos tipos de manifestações, estabelecendo um grande desafio para o Serviço Social, já que é a partir daí que são elaboradas respostas para o seu enfrentamento.

Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída a ética e a aos direitos humanos no interior do projeto ético político a partir dos anos de 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social (EURICO, 2013, p. 293).

Nessa perspectiva, é necessário que a categoria profissional fique atenta para a condição de alguns grupos vulneráveis, como a população negra, mulheres, homossexuais, lésbicas e transexuais, para que não sofram nenhum tipo de coação dentro da sociedade. De acordo com Eurico (2013, p. 293), “a contribuição da profissão na produção do conhecimento acerca dessa temática permanece muito tímida”. Portanto, ao mesmo tempo que a proximidade dos/as assistentes sociais com a temática étnica/racial segue tímida, a categoria profissional vem se esforçando para lançar campanhas de combate ao racismo.

O Código de Ética do/a Assistente Social traz como um de seus princípios fundamentais a questão da não discriminação (BRASIL, 2012), conforme Eurico (2013, p. 293) destaca: “fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social”. Com isso, a questão étnica/racial adquire projeção dentro da profissão e, assim, podem-se destacar dois de seus princípios fundamentais:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2011, p. 23).

É necessário que o assistente social conheça a realidade onde está inserido e também conhecer a formação sócio-histórica do país, onde a população negra é discriminada no seu cotidiano pela cor da pele, aparência de seu cabelo e traços faciais, nos mais diversos espaços, como instituições de ensino, saúde, entre outros. As políticas públicas para a população negra ainda são muito precárias.

A realidade brasileira em sua face mais perversa, das desigualdades sociais decorrentes da origem racial tem sido questionada e fortemente combatida por diversos setores da sociedade, que ampliaram o debate público sobre a questão racial e intensificaram na última década as discussões sobre como o setor público poderia comprometer-se mais efetiva e continuamente com a prevenção e o combate ao racismo e às desigualdades raciais (EURICO, 2013, p. 298).

À vista disso, existem diversos desafios a serem confrontados no cotidiano profissional; dentre tantos, pode-se salientar a importância dos debates dentro da categoria profissional, juntamente com movimentos sociais, sobre a questão racial dentro do Serviço Social. Que de fato promovam a inserção da população negra nos mais diversos espaços dentro da sociedade brasileira, pois o racismo limita e impede, colocando homens e mulheres negras em relações de trabalho precárias, desemprego e informalidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste Trabalho de Conclusão de Curso foi abordar como o processo histórico de construção da questão racial no Brasil interferiu na estrutura da sociedade, influenciando o modo de acumulação do capital, produzindo riquezas para uma minoria burguesa, beneficiando os colonizadores europeus com o trabalho compulsório do negro, que eram traficados do continente africano, sendo obrigados a deixar para traz sua cultura, origens e família. Os reflexos do longo período de escravidão no Brasil se refletem na atualidade, visto que o racismo continua exercendo seu papel, que é o de submeter a população negra a marginalização.

Desse modo, procurou-se analisar o contexto da escravidão e a maneira como a população negra fora colocada à margem da sociedade após a abolição da escravatura pelo Estado brasileiro, este que se estabeleceu em projeto de nação racista, considerando negros como inferiores e brancos como superiores. Assim, compreende-se que o racismo continua desempenhando sua tarefa, que se baseia em subordinar negros/as, definindo seus lugares nesta sociedade capitalista.

Foi possível constatar, através de dados estatísticos apresentados, como, por exemplo na saúde, a população negra se apresenta como a parcela social mais marginalizada. Nesse cenário, nota-se que as dificuldades construídas pelo modo de produção do capital estão profundamente conectadas à questão racial. A questão racial, especialmente o genocídio da população negra, não é algo que acontece casualmente, mas sim uma consequência do racismo que está na base estrutural desta sociedade. Tradicionalmente, o racismo no Brasil é explícito e o Estado, lamentavelmente, está empenhado na sua reprodução. Constata-se que os negros foram e continuam sendo estereotipados, seguem enfrentando o racismo nas mais diversas esferas da sociedade, principalmente no âmbito institucional do Estado. Nessa conjuntura onde o conservadorismo impera, tem-se um Estado que legitima a violência através das ações policiais, onde não existe nenhuma política de paz, mas sim de guerra.

A guerra é contra a população mais vulnerável, negros/as, jovens suspeitos e moradores de comunidades. Através da temática abordada, constata-se que a questão racial é cada vez mais inerente para este sistema, pois reforça a existência de superioridade e inferioridade entre os indivíduos, legitimando a violência e a

desigualdade social. Dessa maneira, são as relações econômicas que importam e não a vida humana.

Considera-se que o levantamento na Revista Serviço Social & Sociedade, que tem grande importância para acadêmicos/as e profissionais da área de Serviço Social, apesar das poucas publicações relacionadas ao tema da questão racial, foi muito relevante durante todo o trabalho, porque possibilitou conhecer melhor a realidade através de artigos publicados por profissionais da área de Serviço Social, bem como dados sobre a questão racial no Brasil.

A questão étnica-racial é permeada por muitas questões. Na trajetória de formação profissional da presente autora, percebeu-se a importância deste debate no âmbito do Serviço Social, que é uma profissão que tem em seu projeto ético-político o objetivo de transformação da sociedade. Ademais, vale salientar que a atuação profissional deve ser em consonância com os princípios do Código de Ética, tornando-se cada vez mais uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade justa, garantindo e efetivando direitos para determinados grupos que historicamente foram discriminados.

Para tanto, foi possível entender, através das leituras e do estágio curricular em uma ONG, ainda que no mesmo a referida autora não tenha observado o predomínio da população negra, resta, portanto, um questionamento, a população negra está desfrutando do acesso igualitário nos mais diferentes espaços públicos. Uma vez que, a questão racial não é um elemento a mais das expressões da questão social, ela percorre todas as desigualdades sociais. Para tal, é necessário que o/a assistente social compreenda as questões que permeiam o cotidiano da população negra.

Por último, considera-se também a importância da temática abordada para a formação profissional desta autora, bem como a contribuição para o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visto que ainda são poucas as produções sobre a temática étnica-racial na área do Serviço Social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. A. Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 75-96, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/177>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões violência obstétrica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.159>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.
- ÁVILA, A. L. F. S. Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180160/102\\_00233.pdf](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180160/102_00233.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.
- BADZIAK, R. P. F.; MOURA, V. E. V. Determinantes sociais da saúde: um conceito para efetivação do direito à saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 69-79, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/51>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.153>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFSS, 2012. Disponível em: [http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 182, p. 1, 20 set. 1990a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 25694, 31 dez. 1990b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadernos pedagógicos mais educação promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8218-promocao-saude-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8218-promocao-saude-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. (Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico\\_saude\\_populacao\\_negra\\_v.\\_7.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tematico_saude_populacao_negra_v._7.pdf). Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.

BUOZI, J. G. A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 530-546, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.158>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta**: Novembro Negro Arco-íris. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-CfessManifesta-ConscienciaNegra-final.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO\\_E\\_RESOLUCOES\\_AS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude\\_-\\_versao\\_preliminar.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

DIAS, S. A. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 311-333, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n29p311-333>. Acesso em: 11 nov. 2020.

EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Acesso em: 12 nov. 2020.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000200005>. Acesso em: 04 nov. 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 43, p. 26-44, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod\\_resource/content/1/ASG\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo\\_NE%2043\\_1995.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 117-139, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/93/85>. Acesso em: 04 nov. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasília: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 09 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade: e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300004>. Acesso em: 06 nov. 2020.

NABUCO, J. Influência da escravidão sobre a nacionalidade. *In*: NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. p. 89-95.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PEREIRA, E. C.; SAMPAIO, S. S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 432-445, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.152>. Acesso em: 02 nov. 2020.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C.; CECÍLIO, L. C. O. **Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde**. São Paulo: UNA-SUS; UNIFESP, 2011. Disponível em: [https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/2/unidades\\_conteudos/unidade04/unidade04.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade04/unidade04.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

THEODORO, M. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file>. Acesso em: 19 nov. 2020.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>. Acesso em: 10 nov. 2020.